

O CARÁTER IDEOLÓGICO DA MUDANÇA LINGÜÍSTICA

Almir Antonio Piovesan
Universidade de Passo Fundo - UPF
almirpiovesan@bol.com.br

RESUMO

A partir do momento que os estudos lingüísticos passaram a admitir que as línguas influenciam e sofrem influências sociais, os lingüistas assumiram a idéia de que as mesmas estão sempre prenhes de ideologia. Por isso, de acordo com o contexto social e momento da interação, o locutor usa a língua em adequação com as mudanças sócio-histórico-político-culturais. Isso permite afirmar que, de modo contínuo, as línguas sofrem lentas, graduais e parciais mudanças, sem que sejam percebidas pela massa de usuários, devido a acomodações advindas de fatores intra e extralingüísticos. Daí a importância de perceber que em uma mesma comunidade lingüística convivem variedades lingüísticas. Logo, é normal que haja conflito entre as formas variantes objetivando atingir a categoria da mudança que, via de regra, buscam tornar-se parte da variedade considerada culta, a assumida pela elite social que lhe confere poder e prestígio. Mas, como todo signo é social, por conseqüência ideológico, cabe ao locutor escolher os que vai utilizar e, desse modo, revela-se e assume uma posição na sociedade. Também, é verdadeira a afirmação de que a mudança lingüística nasce na classe socioeconômica considerada intermediária, a qual usa a língua como instrumento para aproximar-se da classe alta e para distanciar-se da baixa. Mesmo assim, na ótica dos princípios sociolingüísticos, quem usa uma variedade lingüística revela ser conhecedor do sistema da língua com suas marcas, regras e traços. Ora, dói ver que é comum a escola não respeitar as variedades de seus alunos e tentar impor-lhes, consciente ou inconscientemente, a variedade prestigiada. Esse centro educacional age preconceituosamente para a não aceitação da mudança, é braço forte da elite social. No Brasil, principalmente devido à formação heterogênea de sua população, étnica e culturalmente, e ao tamanho geográfico, o português brasileiro é mesmo uma língua arco-íris, isto é, são várias línguas (situação não admitida pela elite social e pelos gramaticistas). Para comprovar, basta citar a convivência de diferenças étnicas, de grau de escolarização, de estratos socioeconômicos, de idade, de acesso à mídia (rádio, televisão, jornais, revistas), de profissão, de região geográfica, etc. Toda essa diversidade faz com que um signo da língua “ganhe” sotaques diversos e construa compreensão de sentidos de maneira diferente, porque isso depende da relação dele com os outros signos em determinado grupo lingüístico e momento histórico. Então, ocorre que um mesmo usuário da língua pode e usa variedades diferentes, as quais podem ser da mesma língua e/ou de línguas diferentes como português e *talian*, português e alemão, português e polonês, português e inglês, português e espanhol, etc. ou, ainda, cria koinizações. Quando ocorre a possibilidade de escolha, diz-se que esse usuário é, no mínimo, bilíngüe e vive em ambiente diglósico porque escolhe e usa uma ou outra variedade e/ou língua, sempre determinada pelo social. Também, em decorrência de línguas em contato, acontecem mesclas e empréstimos lingüísticos que, por sua vez, carregam marcas ideológicas específicas e são fantásticas fontes produtoras de mudança.

Palavras-chave: variação, mudança lingüística, ideologia.

ABSTRACT

THE IDEOLOGICAL CHARACTER OF THE LINGUISTIC CHANGE

From the moment that linguistic studies started to admit that languages affect and have social influence, linguists assumed the idea that languages are always full of ideologies. Then, according to the social context and the moment of interaction, the speaker uses the language according to cultural-political-historical-social changes. This allows affirming that, in a continuum way, languages go through slow, gradual and partial changes, without being noticed by the users, due to accommodations from intra and extra linguistic factors. That is the importance of noticing that in one linguistic community there is a linguistic variety. So, it is normal to see conflicts between the variant forms aiming to reach the change category that tries to become part of the variety considered to be educated, the one assumed by social elites that gives power and prestige. But, as every sign is social, due to ideological consequence, the speaker has to choose the signs he is going to use, revealing and assuming a position in society. Also, it is true that the linguistic change grows up in the social-economical class considered intermediate, which uses the language as an instrument to get closer to the higher class and get away from the lower class. Under the optics of sociolinguistic principles, the one who uses a linguistic variety knows the system of the language, its marks, its rules and its traces. It is upsetting to see that the school does not respect the varieties of the students and it tries to impose, consciously or unconsciously, the prestigious variety. This educational center acts prejudicially for the non-acceptance of the change. In Brazil, due to the heterogeneous population and the geographical size, the Brazilian Portuguese is really a ‘rainbow’ language, that is, there are several languages (this situation is not admitted by the social elite and by grammarians). To prove that, we can cite the cohabitation of ethnic’s differences, degree of education, social-economical levels, age, access to the media (radio, television, newspapers, magazines), profession, geographical region, etc. All this diversity makes the language sign “to acquire” different accents and to build the comprehension of signs differently, because it depends on its relation with other signs in a particular linguistic group and the historical moment. So, a user of the language can and uses different varieties, which can be from the same language and/or from different languages such as Portuguese and *Talian*, Portuguese and German, Portuguese and Polish, Portuguese and Spanish, etc., or koinization can be created. When there is the possibility of choice, it is said that this user is, at least, bilingual and that he lives in an environment where he can choose and use one or another variety and/or language, always determined by the society. Also, because of languages in contact, there is a mixture and linguistic borrowings that carry specific ideological marks and are fantastic sources of changes.

Key words : variation, linguistic change, ideology

INTRODUÇÃO

Parte-se da informação de que o aspecto social da língua passou a ser investigado como tal somente a partir dos anos de 1950, quando Uriel Weinreich, Charles Ferguson e Joshua

Fishman passaram a investigar os fenômenos da diglossia e os efeitos dos contatos lingüísticos.

Na década seguinte, William Labov criou a teoria da Sociolingüística Variacionista na perspectiva de que a mesma se orienta por uma concepção de língua como sistema socialmente determinado: um sistema heterogêneo, cuja variação estrutural está relacionada às alterações dos padrões culturais e ideológicos da comunidade de fala. Nesse modelo, a opção de pesquisa tem sido a análise quantitativa da fala de um grupo de indivíduos, porque o vernáculo é propriedade de um grupo, não de um indivíduo. Para isso, basta a análise de um pequeno grupo de locutores a fim de perceber a regularidade de uma variável lingüística.

Embora coincidentes no ponto de vista de que as línguas devem ser analisadas em determinado contexto social (situação de uso), Carboni (2002) entende a Sociolingüística de modo diferente do laboviano. Para a autora, a sociolingüística é a ciência que tem a tarefa de descrever as línguas em uma diversidade funcional e social. Isto significa entender como as línguas funcionam e se comportam em um determinado espaço social, em uma determinada comunidade lingüística, acompanhando as mudanças acontecidas no decorrer do tempo histórico. Assim, esse modelo de análise é qualitativo e opõe-se ao quantitativo.

Essas informações permitem inferir que à Sociolingüística cabe investigar e acompanhar a estabilidade, a mutabilidade e as variações lingüísticas percebendo haver variáveis influenciadoras internas e sociais, das quais se originam as mudanças.

MUDANÇA LINGÜÍSTICA E IDEOLOGIA

Principia-se por afirmar que as línguas alteram-se lenta, gradual e continuamente, se observadas no decorrer da história. São mudanças parciais (nos níveis fonético, sintático, morfológico, semântico, lexical e pragmático) quase sempre imperceptíveis aos usuários, embora o mais estudado e analisado é o fonético-fonológico que se atém às mudanças dos sons, pronúncia e tem a fala como material de suporte. Mesmo assim, precisa-se ter a clareza de que a mudança atinge, simultaneamente, mais de um fator e/ou nível lingüístico.

Compartilhando o pensamento de que o signo está sempre carregado de ideologia e que o mesmo reflete e refrata uma realidade exterior (BAKHTIN, 2002), é compreensível a afirmação de que na sociedade, jovens urbanos considerados da classe sócio-econômica média são os maiores produtores de mudanças lingüísticas e também os primeiros a percebê-las. Isso acontece, pois, socialmente, tendem a distanciar-se da classe sócio-econômica considerada baixa e buscam aproximar-se da alta.

Também, é importante observar que a mudança ocorre antes e mais rapidamente na fala, para só depois chegar à escrita. Esta é mais conservadora, porque sofre controle social rigoroso (por parte da elite), é mais formal, mantém certa distância da fala e é mais rica em possibilidades de uso. Mas é preciso certificar que a grande maioria das variantes surgidas não chega à condição de mudança. Daí, diz-se que ocorre mudança lingüística quando uma forma variante coexistente, geralmente atrelada à condição social prestigiada do grupo de usuários, sobrepõe-se à(s) outra(s), incorpora-se ao sistema e torna-se única para o uso da língua, universaliza-se. Esta afirmação fecha esse pensamento:

[...] nem toda variação implica mudança, mas que toda mudança pressupõe variação, o que significa, em outros termos, que a língua é uma realidade heterogênea, multifacetada e que as mudanças emergem dessa heterogeneidade, embora nem todo fato heterogêneo resulte necessariamente mudança. (FARACO, 1991, p. 13)

Além de vencer as especificidades da própria fala e da escrita, as situações de fala seguem um percurso gradativo. Geralmente, surgem em grupos sociais inferiores, passam à fala formal de grupos intermediários, à fala informal de grupos socioeconômicos dominantes, a situações formais de fala e, enfim, chegam à escrita. Ainda, deve-se considerar que há interferência e influência de fatores lingüísticos internos: forma organizada, sistema em funcionamento, elementos, regras, normas, etc., e externos ou extralingüísticos: escolaridade, etnia, sexo, idade, profissão, história do grupo, prestígio e poder do mesmo, lealdade de seus formadores, situação socioeconômica, etc. Nesse percurso, a grande maioria das formas variantes não consegue ultrapassar alguma dessas barreiras e “morre”, não chega a tornar-se mudança que, para acontecer de fato, processa-se no sistema lingüístico.

Também, grande parte das mudanças lingüísticas nasce do contato entre línguas, entre dialetos e/ou entre dialetos e línguas. Isso acontece porque nem tudo é pacífico e é normal que destes contatos lingüísticos surjam conflitos ideológicos. Afinal, o ideológico está no “[...] material social particular de signos criados pelo homem.” (BAKHTIN, 2002, p. 35) e serve de meio de comunicação entre indivíduos organizados.

Uma das vertentes do estudo da mudança é a teoria de Labov, para quem a sociolingüística variacionista

[...] faz da variação e da mudança lingüísticas os objetos centrais de estudo, relacionando-as justamente a alguns dos aspectos que Saussure e Chomsky quiseram manter fora da análise da língua: a estrutura da sociedade e sua

história. Para Labov, toda língua apresenta variação, que é sempre potencialmente um desencadeador de mudança. (CHAGAS, 2004, p. 149)

Nessa perspectiva, a língua passa, obrigatoriamente, a fazer parte da sociedade influenciando-a e sendo influenciada, está em contínua mudança e vive um eterno refazer-se a cada instante, a cada situação de fala, a cada geração de falantes. É dessa heterogeneidade, da imperfeição e da permanente recriação que surgem as variações que, como acima exposto, podem chegar à condição de mudança.

À Sociolinguística cabe desvendar e verificar como as variações se organizam e o modo como os fatores lingüísticos (internos) e extralingüísticos (externos) estão correlacionados ao uso de variantes nos diferentes níveis da língua. Sendo as línguas um tipo de comportamento social (assim como tudo em uma cultura), pode-se afirmar que elas variam e a existência de várias línguas no mundo é o concreto indício dessa heterogeneidade.

Alinhada a essa maneira de pensar, Mollica (2003, p. 10) afirma que “A variação lingüística constitui fenômeno universal e pressupõe a existência de formas lingüísticas denominadas variantes.” É importante ressaltar o caráter da universalidade das variações lingüísticas, isto é, em todas as línguas naturais convivem ou conflitam forças objetivando estabilidade. Por isso, diz-se que a variação é um processo contínuo que não respeita e nem demarca fronteiras fixas e/ou períodos temporais.

Assim, em um mesmo país, que se apresenta como monolíngüe, pode haver e há variações — variedades em uso. Um mesmo vocábulo pode ser usado de maneira diferente dependendo do lugar, do espaço físico-geográfico do falante (variação diatópica); da situação de fala (variação diafásica) ou, ainda, de acordo com a identidade, sexo, idade, o nível social e econômico do falante (variação diastrática). Mesmo coexistindo, essas “diferenças” não impedem a ocorrência da comunicação entre os usuários porque reconhecem os elementos usados como pertencentes ao mesmo sistema lingüístico. Um mesmo elemento do mundo pode ser referido, em uma mesma língua, por mais de um termo lingüístico coexistente (mandioca, aipim, macaxeira).

Embora a variante possa pertencer a um indivíduo, ele é membro de uma comunidade lingüística e a essa se adapta compartilhando traços lingüísticos idênticos e, comunicando-se com muita frequência no grupo, como afirma Beline (2004, p. 129), “Tendemos a falar *como* aquelas pessoas *com quem* mais falamos”, ou seja, respeitando as mesmas normas, regras e atitudes lingüísticas, as quais podem ser apenas internalizadas, convencionadas.

Segundo Mollica (2003, p. 13), “[...] todas as manifestações lingüísticas são legítimas e previsíveis [...]” no sistema, embora sirvam de instrumento para classificar os falantes de maneira positiva ou negativa no seio da sociedade. Contudo, cabe, exclusivamente, ao usuário de uma língua a escolha inconsciente ou voluntária do léxico, da forma fonética, sintática, etc. e, em conseqüência desta escolha, revela-se sócio-econômico-lingüístico-político e culturalmente. Isto é, o lingüístico coloca-o em uma determinada posição na sociedade, porque “[...] todo signo, inclusive o da individualidade, é social.” (BAKHTIN, 2002, p. 59)

Naturalmente, os falantes de uma língua primeiro adquirem e passam a usar as variedades informais, as étnico-materno-familiares e/ou as populares e, só bem depois, lenta e gradualmente, aprendem os estilos e gêneros formais que os aproximam da linguagem padrão, culta. Isso comprova que em uma língua e/ou entre línguas em contato em um determinado grupo lingüístico convivem variantes e variedades que abarcam mais ou menos prestígio social.

Esse é o retrato do que acontece, de modo geral, nas escolas do Brasil. Nelas, as crianças chegam com suas variantes e/ou línguas “estrangeiras” que são rejeitadas. E, a título de “educação”, essas escolas desenvolvem um “[...] processo de introdução e treinamento do alunado no uso falado e escrito da chamada norma padrão da língua portuguesa, considerada como paradigma excelente e natural da comunicação social.” (CARBONI & MAESTRI, 2003, p. 14) Essa atitude escolar causa sérios problemas a esses falantes como: desestrutura e abalo emocional, sensação de que não sabem nada da língua materna e os que apresentam mais dificuldades na assimilação desse processo passam a ser rotulados de “burros”, quando não estigmatizados. Quase sempre, esses desencontros (situações preconceituosas) produzem inapagáveis cicatrizes e deixam seqüelas no indivíduo e na própria sociedade. Por exemplo: Quantos adultos têm medo de falar em público?

Então, é hora de a escola rever seus conceitos a respeito das variedades lingüísticas de seus alunos, respeitar e valorizar todas como algo natural e legítimo, inerente ao ser humano. Não é possível que ela (centro educacional) continue discriminando, perpetuando preconceitos lingüísticos (na verdade são sociais). Afinal, o ser humano é perfeitamente capaz de conviver com e de usar mais de uma variedade lingüística, escolhendo a mais adequada ao lugar, momento e contexto em que se anuncia. É o que afirma Bakhtin (2002, p. 98): “Toda enunciação [...] constitui um elemento inalienável da comunicação verbal. [...] é uma resposta a alguma coisa [...] não passa de um elo da cadeia dos atos de fala.”, está prevista no sistema e observa determinadas regras, mesmo não escritas e/ou publicadas, pertencentes a determinados grupos de indivíduos.

Se um sujeito pode escolher a variedade no momento da enunciação, é sinal de que há variáveis interferindo sociolingüisticamente e ele busca, através da dialética, resolver o problema da unicidade de sentido, pois “O sentido da palavra é totalmente determinado por seu contexto.” (BAKHTIN, 2002, p. 106) Para isso, é importante entender que

Uma variável é conhecida como dependente no sentido que o emprego das variantes não é aleatório, mas influenciado por grupos de fatores [...] de natureza social ou estrutural. [...] de natureza interna ou externa à língua e podem exercer pressão sobre os usos, aumentando ou diminuindo sua frequência de ocorrência. [...] o termo variável pode significar fenômeno em variação e grupo de fatores. (MOLLICA, 2003, p. 11)

Idéia essa ratificada por Calvet (2002, p. 90) ao expressar que “Entenderemos aqui por *variável* o conjunto constituído pelos diferentes modos de realizar a mesma coisa (um fonema, um signo [...]) e por *variante* cada uma das formas de realizar a mesma coisa.”

Os fatores internos à língua são de natureza fono-morfo-sintáticos, semânticos, discursivos e lexicais. Os externos são pertencentes ao *indivíduo em si*: idade, etnia, sexo; *sociais*: se envolverem escolarização, nível socioeconômico, profissão, classe social, posição no mercado de trabalho, interação com a mídia e *contextuais*: quando relacionados aos graus de formalismo, ao tipo de interlocutor e à tensão discursiva. Além do mais, conforme Naro, (2003, p. 16-17), “[...] a operação de uma regra variável é sempre o efeito da atuação simultânea de vários fatores”. Afirmação importante porque é, de fato, impossível acontecer uma variação que não sofra interferência de mais de um fator interno e/ou externo.

É possível afirmar que há equivalência no sentido de que quanto mais alto for o prestígio social dos falantes, maior será o prestígio lingüístico da variedade e a considerada padrão, quer se admita ou não, passa a servir de parâmetro e, de modo geral, é “buscada” pelas camadas sociais. Fica evidente que existem variedades lingüísticas e variáveis sociais e resta perguntar se “[...] partimos de uma análise da língua que nos diz algo da sociedade, partimos de uma análise da sociedade que nos permite compreender a língua, ou é possível levar em conta esses dois elementos na mesma análise?” (CALVET, 2002, p. 105)

Para Bourdieu (1990), “A língua oficial está vinculada ao Estado. E isso tanto em sua gênese como em seus usos sociais”. (apud CALVET, 2002, p. 106) Nessa afirmativa transparece a informação da existência inter-referencial entre língua e sociedade e, nessa relação, ambas interinfluenciam-se. E, para fechar esse foco de observação, Rossi-Landi (1968), escreveu que “[...] uma comunidade lingüística se apresenta como uma espécie de imenso mercado, no qual as palavras, as expressões e as mensagens circulam como

mercadorias.” (apud CALVET, 2002, p. 108) Então, existem para satisfazer as necessidades e interesses dos formadores do mercado e a língua passa a ser um produto lingüístico e social.

Nesse sentido, para que haja comunicação, é necessária a existência de um código (variedades de códigos), falantes e a relação desses com os códigos; todas problemáticas que dependem, ao mesmo tempo, da língua e da sociedade. Em situação de uso, uma língua apresenta pelo menos duas variedades (*p[ei]xe* e *p[e]xe*, *bicic[l]eta* e *bicic[r]eta*, *meus irmãos* e *meus irmão[Ø]*), sendo uma a mais prestigiada por ser a escolhida pela elite sócio-político-econômico-cultural e “de certa forma ‘aprender a língua’ significa aprender o dialeto culto.” (PRETI, 2000, p. 31) Por isso, pensar o português brasileiro como única variedade é ignorar a heterogeneidade de seus falantes, decorrente da miscigenação étnico cultural e de sua extensão geográfica.

Em outras palavras, a situação social determina o modelo e a forma de enunciação. É o que afirmam Gryner & Omena (2003, p. 89): “Sabe-se que o significado lingüístico não se esgota no conteúdo lexical, mas deriva, em grande parte, dos contextos lingüísticos ou situacionais em que a forma ocorre.” e Bakhtin (2002, p. 113): *“A situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação.”*

É importante acrescentar que a classificação social decorrente das condições econômicas é muito marcante como colaboradora na escolha da variedade lingüística a ser usada. Também é notório observar que, a não ser raras exceções, a forma prestigiada de falar e de escrever está relacionada a conhecimentos adquiridos em ambiente escolar.

Observando-se o comportamento e o uso das formas lingüísticas no meio social, fica evidente que a escolaridade marca presença forte e constante, tanto na fala como na escrita. Segundo Votre (2003, p. 51), “[...] a escola incute gostos, normas, padrões éticos e morais em face da conformidade de dizer e de escrever.” E, especialmente no que diz respeito ao uso da língua em relação ao grau de aproximação da variedade mais prestigiada socialmente.

Isso permite afirmar que a escolaridade sofre as influências, tanto na fala como na escrita, da variedade lingüística mais prestigiada socialmente. Esta, de modo geral, coincide com os usuários da classe socioeconômica mais elevada, serve de modelo e oficializa-se pelo uso no processo ensino-aprendizagem. Assim, instala-se, dentro da escola, um processo de opositividade dessa com as variedades lingüísticas e/ou com modo de comunicação dos usuários pertencentes às classes sociais economicamente desfavorecidas, chegando, às vezes, à rejeição e ao preconceito relacionado ao modo de expressar-se destes. Mesmo assim, afirma Possenti (2000, p. 43), “[...] é relativamente pequena a diferença entre o que um aluno (ou

outro cidadão qualquer) já sabe de sua língua e o que lhe falta saber para dominar a língua padrão.” Por essa linha de raciocínio,

[...] qualquer falante de português possui um conhecimento implícito altamente elaborado da língua, muito embora não seja capaz de explicar esse conhecimento. E, veremos que esse conhecimento não é fruto de instrução recebida na escola, mas foi adquirida de maneira tão natural e espontânea quanto a nossa habilidade de andar. Mesmo pessoas que nunca estudaram gramática chegam a um conhecimento implícito perfeitamente adequado da língua. (PERINI, 1976, p. 13)

Diante dessas afirmações, pode-se concluir que quem fala português, fala bem sua língua materna, pois a variedade que usa é pertencente e permitida pelo sistema lingüístico e à escola cabe

[...] aumentar o domínio de recursos lingüísticos por parte do aluno. Isso se faz expondo o aluno consistentemente a formas lingüísticas que ele não conhece, mas deve conhecer para ser um usuário competente da língua escrita. Se tais formas não são faladas, só um bom programa de leitura pode produzir a exposição necessária ao aprendizado ativo. [...] vai aprender outras formas lendo, em especial, aquelas que tipicamente estão apenas nos livros. (POSSENTI, 2000, p. 88)

E Votre (2003, p. 52) parece fechar este pensamento ao afirmar que “A escola consome parcela substancial de seu tempo justificando o esforço da comunidade culta em impedir a corrosão da língua”. Analisando-se essa frase, pode-se dizer que a escola, de fato, preserva, valoriza e cultua a variedade lingüística culta, padrão. É muito forte e marcante a expressão “impedir a corrosão”, isto é: não permitir misturas a fim de que a forma culta não sofra influências. E a escola chega, às vezes, a punir com veemência o uso de certas variedades, considerando-as não “gramaticalizadas”.

Nesse permanente processo de gramaticalização, a escola centra suas atividades no *ensino descritivo*: o qual descreve com detalhes as formas lingüísticas consideradas “boas”, por serem prestigiadas; no *ensino prescritivo*: como um receituário, as formas de prestígio devem ser adquiridas pelo estudante e erradicadas as que não o têm e no *ensino produtivo*: quando o aluno adquire novos hábitos lingüísticos de fala e escrita, mas só os prestigiados.

Por uma mesma língua servir a classes sociais diferentes, um mesmo signo adquire valores sociais diferentes e “[...] se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes.” (BAKHTIN, 2002, p. 46) Esses índices de valor do signo ideológico tornam-no dinâmico, “vivo e móvel, capaz de evoluir.”

Essa breve reflexão sobre a escolaridade conduz a algumas considerações como: a escola prioriza, quase com exclusividade, a escrita e pouco valoriza a fala; pressiona e tensiona o aluno ao uso exclusivo de formas prestigiadas lingüisticamente; tende à cristalização da forma culta utilizando-se do processo de repetição; rejeita e estigmatiza as outras variedades das classes sociais economicamente inferiores; enfim, é “[...] responsável por uma parcela relevante da tarefa socializadora que o uso de uma língua nacional, de prestígio, requer.” (VOTRE, 2003, p. 56)

Mesmo assim, percebe-se, às vezes, que o uso ou escolha de determinada variedade lingüística é excludente e/ou marca rotular e, como já afirmado, a escola impede o usuário de fazer essa escolha. Essa escola, mesmo inconsciente, busca, induz e conduz a acomodações e adequações de determinadas situações comunicativas. E, em muitas situações, a mesma escola consegue impedir o acesso a seu ambiente e até mesmo excluir dele usuários correntes da mesma língua, usando a própria língua como instrumento.

Mas a língua, com suas variedades, mesclas e contatos, não é exclusiva de alunos. Ela pertence a pessoas que vivem e convivem miscigenadas em todas as faixas etárias, da mais tenra à mais avançada idade.

Assim, considerando-se a idade como variável sociolingüística, é natural a existência de diferenças comunicativas decorrentes da faixa etária. A criança, em nítida linguagem infantil, usa grupo limitado de palavras, o qual vai sendo ampliado proporcionalmente à idade. De modo geral, há uma faixa etária intermediária, chamada linguagem jovem, para chegar, finalmente, à linguagem adulta. Essas fases são mais notadas pelo enriquecimento e ampliação vocabular. De fato, os hábitos lingüísticos estão sempre muito marcados devido à idade, embora haja outros fatores co-influenciadores, especialmente a ideologia pertencente a um grupo social em determinado período temporal, o que gera confronto entre gerações. E, naturalmente, a faixa etária mais alta preserva mais seu modo de falar, seu vocabulário é menos susceptível a mudanças do que o as classes etárias mais novas.

Embora isso, a variável idade não pode ser vista isolada, mas concomitante a outras variáveis, tais como escolaridade, meio social, sexo, profissão, etnia, entre outras. Agora, é muito difícil perceber e afirmar, com segurança, elementos capazes de suportar e de marcar uma variedade lingüística a partir da etnia ou da raça. Saussure (1969, p. 260), já afirmou “[...] seria um erro supor que pela comunidade de línguas se possa inferir consangüinidade”.

Uma variedade lingüística usada em uma determinada comunidade não pertence a uma raça, mas a um grupo de usuários, muitas vezes, resultante da miscigenação de raças. Essa característica é muito marcante no português brasileiro, embora não lhe seja exclusividade,

porque, junto com outras variáveis lingüísticas, influencia para a existência de variedades. Disso não resta dúvida, especialmente influenciando a fonética.

De modo geral, há uma tendência natural para agrupamentos étnicos em determinados espaços geográficos e aí se cria uma variação diatópica. Nesse caso, ocorre a formação de ilhas étnico-lingüísticas fechadas e extremamente resistentes às mudanças lingüísticas. Nesses espaços, a luta pela preservação de seus dialetos e/ou línguas é muito forte. Não que as mudanças não ocorram, mas este processo é mais lento e em não raros casos, acabam formando nichos étnico-lingüístico-geográficos instigantes a estudos sociolingüísticos.

Diante disso, é perceptível a influência da localização geográfica no uso da língua, variedade lingüística e/ou do dialeto pelos falantes. De modo mais acentuado, é possível detectar marcas fonéticas, lexicais e morfológicas reveladoras de determinadas regiões, de zonas urbanas, de áreas rurais, de bairros urbanos/suburbanos, de comunidades específicas situadas em determinadas regiões rurais e assim por diante. É evidente que essa variável estará sempre associada a outras, mas é normal identificarem-se falantes de determinada região geográfica. Exemplo disso, embora todos falantes a variedade do idioma nacional (português), são facilmente diferenciados os falantes do sul, do nordeste, do Rio de Janeiro, do centro-oeste do Brasil e assim por diante.

Observadas algumas variáveis do sistema e outras sociais, chega-se ao momento de ressaltar a importância das mesmas como construtoras de mudanças em uma comunidade lingüística e seu valor na construção do processo comunicativo.

Para perceber-se a importância, ou melhor, a relevância das variáveis sociolingüísticas, nada melhor que partir desta afirmação:

Ao estudar a língua em uso numa comunidade, defrontamo-nos com a realidade da variação. Os membros da comunidade são falantes homens e mulheres de idades diferentes, pertencentes a estratos socioeconômicos distintos, desenvolvendo atividades variadas, e é natural que essas diferenças, identificadas como sociais ou externas, atuem na forma de cada um expressar-se. (PAREDES DA SILVA, 2003, p. 67)

Essa idéia faz refletir sobre o fato de que uma língua, além de ser um sistema autônomo e independente, é algo moldável às necessidades de seus usuários que criam determinadas normas de uso. Essas variedades são capazes de suprir cada situação comunicativa dentro de uma determinada comunidade lingüística, sempre marcada por fatores extralingüísticos (sociais, individuais e contextuais). Ainda, deve-se tentar descobrir, nas pistas do texto, as

intenções e pretensões comunicativas do emissor e, para isso, os pesquisadores de uma língua devem cercar-se de

[...] uma escala de possibilidades para aquilo que poderíamos chamar de um domínio funcional, e aí estudar a variação. Neste caso, o significado referencial seria preservado, mas a questão do contexto exigiria um cuidado especial, ao levar em conta a situação discursiva. (PAREDES DA SILVA, 2003, p. 71)

Isso permite afirmar que o significado presente em um elemento ou expressão lingüística só se constitui em um contexto lingüístico (interno) e social (externo) determinado e específico dentro de uma comunidade lingüística. Como afirma Bakhtin (2002, p. 33-34), “[...] compreender um signo consiste em aproximar o signo apreendido de outros signos já conhecidos [...] a compreensão é uma resposta a um signo por meio de signos” em uma cadeia única e contínua de criatividade e compreensão.

Então, o contexto influencia a linguagem e o modo de dizer. Um mesmo indivíduo, em situação contextual diferente, escolherá e usará a variedade lingüística mais adequada àquele momento, considerando onde se encontra, com quem está e/ou a quem se dirige. Embora essas adequações situacionais, o usuário da língua tende a aproximação da variedade padrão, até mesmo como forma de destaque, domínio ou imposição frente aos outros elementos do grupo. Afinal, quanto maior for o grau de formalidade ou de informalidade, maior influência exercerá sobre a escolha da variedade lingüística.

Essa situação de escolha de variedade, mais ou menos prestigiada, pode levar uma língua a emprestar ou tomar emprestados elementos, traços, termos e até estruturas de outras e, se há a possibilidade de escolha da variedade, pode-se dizer que o falante é, no mínimo, bilíngüe. Mesmo dentro do próprio idioma.

Bilingüismo entendido, segundo Câmara Jr. (1974, p. 94), como a “capacidade de um indivíduo usar duas línguas distintas, como se ambas fossem a língua materna, optando por uma ou por outra, conforme a situação social em que no momento se acha”.

Diante de uma situação dessas, é indispensável e interessa entender diglossia como “[...] qualquer sociedade em que duas ou mais variedades são utilizadas em circunstâncias distintas e diferenciadas entre si.” (TARALLO & ALKMIN, 1987, p. 69) e/ou como Berruto (1995) que usa “Diglossia para referir-se à diferenciação funcional e hierárquica das línguas ou das variedades presentes no repertório lingüístico de uma comunidade.” (apud CARBONI, 2004, p. 57) Para exemplificar essa hierarquização, pode-se dizer que, em uma comunidade ítalo-brasileira, o português é a variedade alta e o *talian*, a variedade baixa. Isso porque esses

descendentes de imigrantes têm grupos de pessoas — familiares e/ou amigos — com quem utilizam o *talian* e em outras relações usam o português.

Então, no Brasil, é permitido inferir que existem pessoas que aprendem(eram) uma língua materno-familiar (língua dos pais) ao mesmo tempo ou até antes de aprenderem a língua portuguesa e praticam esse bilingüismo natural no seio familiar e/ou na comunidade em que vivem. Mais, é comum utilizarem a língua portuguesa marcada com mistura lexical e/ou com sotaque característico ao usar determinadas palavras, o que denuncia a origem étnica, região geográfica, grupo socioeconômico, profissão, etc.

Agora, observando-se o uso da língua pelos jovens, percebe-se que a maioria só entende parcialmente a língua materno-familiar dos pais e dos avós, mais especificamente palavras, expressões e frases e, aí, a situação é de quase monolingüismo. Isso denota que estão ocorrendo perdas lingüístico-culturais irrecuperáveis e junto carregam a história de vida de tribos indígenas, de imigrantes, de colonizadores.

Acima, usou-se o termo “quase”, porque o monolingüismo, segundo Tarallo & Alkmin (1987, p. 58), é uma falsa aparência devido às situações de mescla lingüística, que, entretanto, “[...] não parece comprometer a comunicação lingüística na fala brasileira”.

Esse bilingüismo, tão natural no Brasil, devido a situações de contato lingüístico e a fatores extralingüísticos (sócio-histórico-político-econômico-culturais) está desaparecendo. O espaço das línguas materno-familiares está severamente ameaçado. E, para evitar o desaparecimento das mesmas e manter essas situações de bilingüismo estáveis, só evitando o mesclamento lingüístico, o que parece ser impossível. Mesmo assim, conforme explicita Faraco (1991, p. 42), desde o início do século XX, devido ao contato interlingüístico, ocorrem três situações de bilingüismo: *substrato*, uma língua é abandonada ou substituída em virtude de motivos sócio-político-econômico-culturais, é a situação das línguas materno-familiares em relação ao português; *superestrato* “a língua introduzida na área de outra, mas sem substituí-la”, é o caso do português, impondo-se, pelas mesmas razões, em espaços antes exclusivos das materno-familiares e *adstrato*, quando uma língua é tomada como referência devido à contigüidade e aí entra em jogo o prestígio lingüístico cultivado pela sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa análise leva a perceber que toda língua está estreitamente ligada à comunidade lingüística e é usada para atender os interesses do mesmo grupo. Uma vez que o grupo social se modifica sócio-político-econômico-histórico e culturalmente, a língua do mesmo segue idêntico percurso a fim de se manter atualizada e adequada às necessidades comunicacionais.

Mesmo a língua e/ou variedade lingüística estar fundamentada em um sistema de normas e regras (por vezes apenas convencionadas), possui a virtuosa característica da mutabilidade para satisfazer a heterogeneidade de seus usuários. Em decorrência, ocorrem interinfluências ente línguas em contacto, entre variedades lingüísticas e/ou dialetos, mesclamento, koinizações e empréstimos lingüísticos. Tudo isso permite ao usuário adequação lingüística ao momento histórico, aos interesses e à situação de interlocução. O qual escolhe e organiza os signos a serem usados e, nessa operação, revela as próprias ideologias, sua filosofia, sua forma de pensar e de agir, etc. Mesmo assim, a elite social dominante consegue impor ideologias usando como meios, principalmente, a escola formal e a mídia.

Da relação entre língua, contexto social determinado, usuário e interlocutor nasce a mudança que leva à adequação lingüística, foco de análise da Sociolingüística.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 10 ed. São Paulo: Hucitec, 2002.
- BELINE, Ronald. A variação lingüística. In: FIORIN, José Luiz (org.). **Introdução à lingüística I: objetos teóricos**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2004, p.121-140.
- CALVET, Louis-Jean. **Sociolingüística: uma introdução crítica**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.
- CÂMARA JR., Joaquim M. **Dicionário de Filologia e Gramática**. 6. ed. Rio de Janeiro: J. Ozon, 1974.
- CARBONI, Florence. Babel colonial: instalação e integração lingüística da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875-1910). In: CARBONI, Florence, TEDESCO, João C. E MAESTRI, Mário (orgs.) História: Debates e Tendências. **Brasil – Itália: Travessias**. Passo Fundo: UPF, v. 5, nº 1, julho de 2004, p. 33-61.
- CARBONI, Florence. **“Eppur si parlano”**: estude diachronique d’un cas de contact linguistique dans le Rio Grande do Sul (Brésil). Passo Fundo: UPF, 2002.
- CARBONI, Florence, MAESTRI, Mário. **A linguagem escravizada: língua, história, poder e luta de classes**. 2. ed. revista e ampliada, 2005. São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- CHAGAS, Paulo. A mudança lingüística. In: FIORIN, José Luiz (org.). **Introdução à lingüística I: objetos teóricos**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 141-163.
- FARACO, Carlos Alberto. **Lingüística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. São Paulo: Ática, 1991.

GRYNER, Helena & OMENA, Nelize Pires de. A interferência das variáveis semânticas. In: MOLLICA, Maria C. e BRAGA, Maria L. (orgs.). **Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 89-100.

MOLLICA, Maria C. Fundamentação teórica: conceituando e delimitando. In: MOLLICA, Maria C. e BRAGA, Maria L. (orgs.). **Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 9-14.

NARO, Antony Julius. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: MOLLICA, Maria C. e BRAGA, Maria L. (orgs.). **Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 15-25.

PAREDES DA SILVA, Vera Lúcia. Relevância das variáveis lingüísticas. In: MOLLICA, Maria C. e BRAGA, Maria L. (orgs.). **Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 67-71.

PERINI, Mário A. **A gramática Gerativa: introdução ao estudo da sintaxe portuguesa**. Belo Horizonte: Vigília, 1976.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. 6ª reimpressão – 2000. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1996.

PRETI, Dino. **Sociolingüística: Os Níveis de Fala**. 9.ed. São Paulo: Edusp, 2000.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 1969.

TARALLO, F. & ALKMIN, T. **Falares crioulos – Línguas em contato**. São Paulo: Ática, 1987.

VOTRE, Sebastião Josué. Relevância da variável escolaridade. In: MOLLICA, Maria C. e BRAGA, Maria L. (orgs.). **Introdução à Sociolingüística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 51-58.